

Um milhão de Elbas



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

O primeiro presidente eleito democraticamente, depois de quase um quarto de século, sofreu impeachment porque recebeu de presente um carro da marca Elba. A única mulher eleita presidente sofreu impeachment devido ao uso de contabilidade criativa, desrespeitando regras na execução do orçamento da União. No mês passado, o Brasil tomou conhecimento de que nada aconteceu com os responsáveis por uma doação disfarçada de R\$ 12 bilhões do BRB, equivalente a 200.000 Elbas a um banco privado. No lugar de cassados e presos, estão protegidos pela censura às informações sobre o escândalo, sem punição aos protegidos por decisões judiciais e pelo silêncio da imprensa e de políticos. Até por líderes sindicais que temem novas denúncias chegarem a servidores enfraquecendo um banco estatal.

Este fato está tornando real um velho ditado: nascemos cada um com uma mochila cheia de vergonhas, que vai se esvaziando com o tempo para permitir a vida sem remorsos nem raivas. Milhares de Elbas continuarão sendo usados para enriquecer políticos e banqueiros.

Os socialistas, que no século 19 diziam que o roubo a um banco era menos imoral do que os juros que

os bancos cobravam, não imaginavam o roubo de um banco estatal dando bilhões de reais a um banco privado. Quando faziam suas críticas ao capitalismo do século 19, não podiam imaginar uma rede de “crime superorganizado” envolvendo políticos, empresários, sindicalistas, juízes na conivência mútua para roubar ao público, protegendo e enriquecendo toda a cadeia de coniventes com o crime.

Parece deboche que na mesma semana em que o Congresso promete lei contra o crime organizado, toma-se medidas para proteger o “crime superorganizado”, ao ponto de barrar investigação e divulgação porque na cena do roubo aparece o nome de alguém da quadrilha com direito a forum especial. Não há crime mais organizado do que aquele que conta com a proteção do sistema judicial. A sensação é de que, ao longo de seus 40 anos, a democracia brasileira foi sendo corrompida até criar mecanismos de proteção ao “crime superorganizado”, tratando-o como fato que a justiça deve encobrir quando o nome de um dos parceiros aparecer nas investigações pela Polícia Federal.

Nos últimos anos, o Congresso Nacional adotou a prática de sequestrar, anualmente, o equivalente a R\$ 81 bilhões em emendas parlamentares, muitas delas com destino secreto, que confiscam recursos públicos usados conforme os interesses privados dos próprios parlamentares. O mesmo Congresso reserva R\$ 5 bilhões para financiar partidos políticos e cobrir custos cada vez mais elevados do processo eleitoral.

Como se não bastasse, R\$ 20 bilhões são gastos anualmente com supsalários que ultrapassam o teto constitucional e, portanto, fazem parte da rede de

conivência com o “crime superorganizado” contra os interesses públicos. Sem falar nos desperdícios, mordomias e privilégios, sem mencionar as corrupções do mensalão, do petróleo e os desvios do INSS — todos também financiados com recursos públicos, nem a cobertura de déficits bilionários em estatais, por causa de irresponsabilidades, incompetência, corporativismo e partidarismo sem compromisso público.

Diante desse panorama, pode-se estimar que pelo menos um milhão de Elbas são gastos sem risco de impeachment e, muitas vezes, ocultados do conhecimento público por decisões judiciais que lembram decretos secretos dos ditadores.

Depois de 33 anos do impeachment de Collor, parece que os Elbas se multiplicaram e passaram a integrar a rotina da democracia. Essa é a maior de todas corrupções: fazê-las secretas, como faziam os ditadores e, em consequência, imunes a punições. Aqueles que outrora impulsionaram a queda de Collor por um Elba, agora, silenciam para evitar a descoberta de novos malfeitos que poderiam justificar a cassação de político ou a submissão de um banco estatal aos interesses públicos, com seus servidores impedidos de fazerem negócios de compadrio com banqueiros privados. Com isso justificando a formalização da privatização de um banco estatal que é usado como pertencente, privadamente, aos políticos e servidores que o comandam.

A democracia que se iniciou com a ousadia de casar um presidente que aceitou um Elba e uma presidente que sem qualquer benefício pessoal usou contabilidade criativa na execução do orçamento chega ao seu meio centenário escondendo um milhão de Elbas.

Cada embalagem conta: como o Brasil rastreia e reinventa o plástico



» TALITA DAHER
Gerente de Nova Economia e Indústria Verde da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

O Brasil vive um momento decisivo na transformação de sua cadeia produtiva de plásticos. Medidas em prol do estímulo à economia circular reafirmam o posicionamento ambiental brasileiro ao propor o uso mais inteligente e responsável dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que se consolida a circularidade como um vetor de competitividade industrial e inovação tecnológica.

Com a publicação do Decreto nº 12.688, o país instituiu o Sistema de Logística Reversa de Embalagens de Plástico, estabelecendo metas ambiciosas de reciclagem e conteúdo reciclado. A partir de 2026, embalagens plásticas deverão conter ao menos 22% de material reciclado, e 32% das embalagens comercializadas deverão ser efetivamente recicladas, com percentuais crescentes até 2040. É uma virada histórica, que impulsiona uma demanda crescente por certificação — estimada em 540 mil toneladas de embalagens já no próximo ano — e valoriza toda a cadeia da reciclagem.

Nesse cenário, o Recircula Brasil surge como um instrumento estratégico de rastreabilidade e certificação, conectando indústria, governo e sociedade em torno de um modelo produtivo mais transparente, eficiente e sustentável.

Criado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) em parceria com a Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), e operacionalizado pela Central de Custódia, o sistema garante transparência em todas as etapas da reciclagem — do descarte à transformação em novo produto, certificando a circularidade da cadeia.

Com selos de conteúdo reciclado e rastreabilidade, o Recircula comprova o percentual de material reciclado em produtos nacionais e combate o greenwashing. Além de conferir transparência e credibilidade ao ciclo produtivo, a ferramenta beneficia catadores, recicladoras e indústrias. Com isso, o setor tende a crescer de forma mais acelerada, o plástico reciclado ganha valor de mercado e a economia circular brasileira se fortalece, tornando-se mais competitiva e sustentável.

Ao operar com base em notas fiscais eletrônicas e documentos auditáveis, o Recircula estimula a formação de uma economia circular sólida e rastreável e cria condições para que o país avance em medidas de proteção à produção nacional. Isso inclui evitar a entrada de produtos importados com baixo padrão ambiental e coibir a bitributação do plástico reciclado, tornando o ambiente mais competitivo e sustentável.

Seu modelo já foi reconhecido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/ONU) como referência internacional em rastreabilidade e combate à poluição plástica. Esse reconhecimento também de reflete em sua expansão.

Em apenas um ano, mais de 1,5 mil empresas de setores como alimentos, bebidas, construção civil e eletroeletrônicos aderiram à plataforma, certificando mais de 50 mil toneladas de plástico reciclado. Durante a COP29, foi anunciada a testagem da ferramenta em outros setores, por meio de parceria com a Abividro, que representa a indústria do vidro, e a Abal, do setor de alumínio.

Com a COP30, o Brasil tem a oportunidade de apresentar ao mundo um exemplo concreto de integração entre tecnologia, governança pública e política industrial. Um avanço que ampliará o alcance da ferramenta para novas cadeias produtivas e reforça a liderança do país em políticas de circularidade. E o Recircula é uma das vitrines dessa transformação: uma infraestrutura que fortalece a indústria nacional, assegura a rastreabilidade do conteúdo reciclado e garante que os produtos brasileiros atendam aos padrões de mercados internacionais cada vez mais exigentes, ao mesmo tempo em que reforça a soberania sobre os dados industriais do país.

À medida que o Brasil avança na consolidação de sua estratégia de circularidade, o Recircula certifica que cada embalagem reciclada representa mais do que um resíduo reaproveitado: é um ativo econômico e ambiental. Um exemplo concreto de como indústria, inovação e sustentabilidade podem caminhar juntas, gerando valor, renda e competitividade para o Brasil.

maurenilson



Identidade é a nova fronteira: construindo confiança por meio de dados melhores



» MICHAEL ZUREIK
Head de Estratégia Digital de Viagem & Parcerias da SITA, empresa líder mundial em comunicações de transporte aéreo e tecnologia da informação.

À medida que a mobilidade global acelera, as agências de fronteira estão sendo desafiadas a fazer mais com menos — mais viajantes, mais complexidade, mais risco — muitas vezes operando com sistemas que não foram projetados para as realidades atuais. E, ainda assim, a missão permanece a mesma: proteger fronteiras, permitir a circulação e construir confiança. No centro desse desafio está uma verdade simples, porém profunda: uma fronteira é tão forte quanto as identidades em que você confia.

O desafio enfrentado, hoje, pelas agências de fronteira não é a falta de dados — é a falta de confiança na qualidade dos dados dos viajantes. Ao longo de toda a jornada, governos dependem de múltiplas fontes: pedidos de visto, dados API e PNR, ETAs e Visas, e biometria. Mas grande parte dessas informações é inserida manualmente — por viajantes, companhias aéreas ou funcionários consulares — tornando-as inconsistentes, sujeitas a erros. Assim, as grandes

questões que os governos estão se fazendo são: Podemos confiar nos dados de identidade dos viajantes? Estamos coletando os dados certos, com antecedência suficiente? Como reduzir erros de digitação e garantir consistência entre sistemas?

As Credenciais Digitais de Viagem (DTCs) oferecem uma nova oportunidade. Não apenas para digitalizar identidades, mas para elevar a qualidade e a consistência dos dados de identidade em toda a jornada. Ao extrair com segurança os dados verificados do chip do passaporte e vinculá-los à biometria do viajante, as DTCs criam uma identidade confiável e portátil.

Antes da viagem, as DTCs podem ser incorporadas a processos upstream como solicitações de visto, reservas e check-in. Quando combinadas com API e PNR, garantem que os dados de identidade recebidos pelos governos sejam precisos, verificados e consistentes. Isso reduz erros de entrada manual e permite avaliações de risco mais precisas e antecipadas, muito antes do viajante chegar à fronteira.

Na chegada, as DTCs viabilizam um processamento mais seguro e fluido em sistemas automatizados. Combinadas com verificação biométrica em ABC Gates, permitem experiências rápidas para viajantes de baixo risco. Isso acelera o fluxo sem comprometer a segurança e permite que os agentes concentrem sua atenção onde realmente importa: casos complexos e riscos desconhecidos.

Ao longo de toda a jornada, as DTCs atuam como um ponto confiável de ancoragem para garantir

dados de alta integridade provenientes de várias fontes. Ao fortalecer a qualidade dos dados, ajudam governos a “conectar os pontos”. Com uma única identidade verificada no centro, as agências podem agir com mais velocidade e confiança.

Integradas a API e PNR, elas substituem campos preenchidos manualmente por dados verificados a partir do chip do passaporte, eliminando erros comuns e inconsistências. Isso garante que as informações recebidas antes do embarque sejam consistentes entre plataformas. Na fronteira, as DTCs aprimoram o desempenho dos ABC Gates ao fornecer uma identidade segura e vinculada à biometria, o que permite processamento automatizado e rápido para viajantes de baixo risco.

De forma mais ampla, as DTCs funcionam como âncoras confiáveis para dados integrados a diferentes processos. A tecnologia está pronta. Os padrões estão amadurecendo. O que falta agora é liderança visionária e colaboração entre setores para ir além de mudanças incrementais e reenquadrar a identidade como ativo estratégico.

Imagine um futuro em que fronteiras sejam portais inteligentes, onde identidades confiáveis circulem com segurança entre sistemas, possibilitando movimentações mais rápidas, decisões melhores e segurança reforçada. Porque, no fim das contas, identidade é a nova fronteira. E as nações que entenderem isso não apenas protegerão melhor seus territórios — como também moldarão o futuro da mobilidade global.